

[Pesquisar](#)

Mensagem do Judiciário ao Legislativo ressaltando a defesa das instituições e o compromisso com a democracia

Presidente do STF liderou ao Congresso mensagem com foco em diálogo legislativo, segurança jurídica e enfrentamento da criminalidade

02/02/2026 17:41 - Atualizado há 3 meses atrás



Foto: Antonio Augusto/STF

A defesa das instituições democráticas, o diálogo republicano entre os Poderes e o enfrentamento de problemas estruturais do sistema de Justiça foram apresentados pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Edson Fachin, como eixos centrais da agenda do Judiciário para 2026. Ao levar a mensagem do Poder Judiciário ao Congresso Nacional, Fachin disse que “nada representou melhor a democracia do que o funcionamento regular da Casa” e afirmou que a constituição institucional depende do respeito à Constituição e da atuação harmônica entre os Poderes.

No discurso, proferido na sessão solene que marcou a abertura do Ano Legislativo, o ministro reafirmou o compromisso do STF e do Judiciário com a independência e a cooperação institucional. Segundo ele, cabe ao Parlamento exercer a vocação de resolver os conflitos políticos do país, enquanto ao Judiciário compete exercer com deferência ao papel constitucional do Legislativo.

Áreas de atuação

Ao tratar das prioridades para 2026, Fachin apontou como focos permanentes a redução da litigiosidade — com atenção inicial às demandas previdenciárias —, a automação da execução fiscal e o estímulo ao uso de ocorrências pelas instâncias inferiores, como forma de reforçar a segurança jurídica. Ele também apresentou medidas para fazer frente à judicialização da saúde, com a ampliação da base de dados para a saúde suplementar e a construção de fluxos mais ágeis de cumprimento das decisões.

O presidente do STF ressaltou ainda o enfrentamento de temas sensíveis da área penal e social, como os crimes dolorosos contra a vida, com atenção especial aos casos de feminicídio, e o apoio a mutirões para julgamento de processos relacionados a questões raciais. Na área da segurança pública, destacou a continuidade do Programa Pena Justa e a estruturação de um diagnóstico nacional da Justiça Criminal, que resultará no Mapa Nacional do Crime Organizado.

No encerramento, Fachin defendeu a preservação da institucionalidade democrática. “A democracia só se sustenta quando as instituições são inovadoras, éticas, previsíveis e respeitadas”, afirmou. Para ele, o diálogo harmônico entre os Poderes, dentro de suas independências, é condição essencial para a construção de um país mais justo e solidário.

Leia a [íntegra do pronunciamento](#) .

(Jorge Macedo//CF)

02.02.2026 – ABERTURA DO ANO LEGISLATIVO DE 2026

Senhoras e Senhores,

Aqui venho respeitosamente para trazer a mensagem do Poder Judiciário para o ano de 2026. Reafirmo nesta solenidade de Abertura do Ano Legislativo que nada simboliza melhor a democracia do que o regular funcionamento desta Casa. A diversidade de posições, interesses e bandeiras que caracteriza este espaço representativo imprescindível é a própria essência da democracia.

A vida em democracia é desafiadora, e é bom que assim seja. Diferentes valores podem ser acomodados e conviver em paz, desde que estejam sempre em consonância com o que determina a Constituição. Temos o dever de honrar e respeitar a vocação do Parlamento, e a sua capacidade de resolver os conflitos políticos do país.

Eis, portanto, o nosso compromisso: cultivar e promover a independência e a harmonia entre os Poderes, com a devida deferência a esta Casa como a legítima representante das aspirações do povo brasileiro.

Senhor Presidente Davi Alcolumbre, Senhor Presidente Hugo Motta,

O ano de 2026 será de muito trabalho, e o Supremo Tribunal Federal e o Conselho Nacional de Justiça estão preparados e atentos às questões de grande relevância que baterão à porta do Poder Judiciário ao longo dos próximos meses. Contamos e agradecemos o diálogo profícuo que temos mantido, e esperamos continuar nesse caminho de semear e colher bons frutos para a cidadania brasileira.

Cito, apenas a título de exemplo, alguns temas que são e continuarão a ser objeto de nossos esforços e preocupações: a redução da litigiosidade, com foco inicial em Previdência, a automação da Execução Fiscal, e a indução ao maior uso de precedentes pelas instâncias inferiores, no âmbito de um contexto ampliado de promoção da pacificação e da solução extrajudicial de demandas.

Em relação à judicialização da saúde, continuaremos a promover ações voltadas à qualificação da tomada de decisão, que se iniciou com a elaboração do Guia sobre o cumprimento dos Temas 6 e 1.234 da Repercussão Geral. Avançaremos, em 2026, com a aplicação de nossa base de dados à saúde suplementar, e construiremos um fluxo de cumprimento mais ágil.

Também daremos continuidade a ações que visam a endereçar os processos que tratam de crimes dolosos contra a vida, com especial atenção aos casos de feminicídio, infelizmente uma das maiores chagas sociais de nosso país. Ao mesmo tempo, também temos estimulado e apoiado, nos estados, mutirões para julgamento de questões raciais.

Na segurança pública e, em especial, no enfrentamento da criminalidade organizada, vamos prosseguir com o Programa Pena Justa e estamos estruturando um esforço de diagnóstico e coordenação nacional da justiça criminal, que será consolidado no Mapa Nacional do Crime Organizado.

Menciono ainda que, no ano de 2025, o Supremo Tribunal Federal recebeu 85.201 processos, distribuídos. Foram proferidas 116.170 decisões, tanto em processos originários quanto em feitos recursais. O acervo atual contabiliza 20.315 processos em tramitação. É o menor acervo dos últimos 31 anos.

Ao longo do ano passado, julgamentos de 51 recursos com repercussão geral tiveram impacto em mais de 220 mil processos, em todo o país, que estavam suspensos em outras instâncias aguardando a resolução das matérias.

Estas são apenas algumas das ações e projetos iniciados e realizados pelo Supremo e pelo CNJ ao longo de 2025, com os quais continuaremos comprometidos neste ano de 2026. Esse detalhamento se encontra no relatório das atividades que será entregue a Vossas Excelências, a quem, mais uma vez, agradeço pela zelosa atenção dispensada, pela abertura ao diálogo respeitoso e republicano, e pelo trabalho que desempenham em favor da democracia.

É tempo de defender as instituições e o diálogo republicano para o bem do País. Defender a institucionalidade é afirmar que a democracia só se sustenta quando as instituições são estáveis, éticas, previsíveis e respeitadas; quando seus membros se submetem às mesmas regras que exigem dos demais; e quando a Constituição permanece acima de qualquer vontade pessoal, política ou circunstancial. Os Poderes da República, em diálogo harmônico, dentro da independência respectiva, tem muito a contribuir para um País mais justo, livre e solidário.

Que o ano que se inicia seja exitoso e que possamos continuar a trabalhar juntos, de forma republicana e harmoniosa, pelo bem do Brasil.

Muito obrigado.